A difícil arte de governar



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

A comemoração dos 100 dias de governo faz referência ao curto período do retorno de Napoleão I ao poder, após a fuga do exílio na ilha de Elba. Ele chegou a Paris em 20 de março de 1815 e organizou seu novo governo. Mas as principais potências europeias, Inglaterra, Rússia, Prússia e Áustria, formaram uma coalizão, fizeram a guerra contra a França e colocaram o imperador francês no seu segundo exílio, na ilha de Santa Helena, onde ele morreu em maio de 1821.

Comemorar os 100 dias de uma administração passou a ser um festejar obrigatório que molda a face do governo para os próximos tempos. No governo Kennedy, nos Estados Unidos, o jovem presidente católico, cercado de assessores qualificados, inspirou reportagens sobre seus primeiros 100 dias. Todos os governos passam por essa prova. O presidente Lula instruiu seus ministros a produzir material específico para transformar a data em motivo de comemoração. A alavanca da publicidade oficial vai auxiliar o chefe do governo a difundir boa imagem sobre o seu trabalho nos primeiros três meses da administração. Pena que o governo não tenha conseguido especificar seus objetivos. Sua ação é cheia de promessas na área social. Não se sabe se vai haver dinheiro para sustentar tantos benefícios.

A missão do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é descobrir onde estão os recursos que fazem falta ao governo. Ele já percebeu que as agências de apostas esportivas constituem um filão virgem. As apostas são, majoritariamente, processadas no exterior longe das garras da receita federal brasileira. Ocorre que esse pessoal quer pagar imposto e se legalizar no Brasil. É uma mina de ouro. Além de regularizar uma situação estranha no reino do esporte, principalmente do futebol, pode abrir o caminho para a legalização dos cassinos no país. Há vários lobbies atuando nessa direção. Brasileiros viajam ao exterior para arriscar a sorte no pano verde. Ou, pior, pedem cartas dentro do país em cassinos clandestinos, que, naturalmente, não pagam imposto.

O presidente Lula faz força. Ele desenterrou a legislação que cuida da área de saneamento. O governo quer buscar recursos na iniciativa particular, por intermédio de parcerias público-privadas, para movimentar o segmento. Os técnicos falam em dotar 99% das residências com água limpa e 90% com esgoto. Se chegarem à metade disso, terão feito bom trabalho. Em outra área estratégica, na educação, há movimento para rediscutir a reforma realizada pelo governo Temer. O ministro da Educação, Camilo Santana, que é do Ceará, estado com bom histórico na área educacional, pode fazer a diferença. Se o governo Lula avançar na área de educação e de saneamento, deixará importante legado.

Mas o presidente Lula não foge à sua história. Ele passou 580 dias preso na cadeia da Polícia Federal em Curitiba. Quase todos os dias, recebia pelas manhãs um sonoro "booom dia, presidente". Ao entardecer, ele ouvia "boooaaa noite, presidente". Essa turma, que enfrentou sol, chuva e frio, da qual a primeira-dama Janja faz parte, naturalmente foi a primeira escolha do presidente eleito para sua assessoria pessoal. O grupo tomou conta do Palácio do Planalto. Ela, que tem militância na área de cultural, foi quem lembrou o nome de Margareth Menezes para o Ministério da Cultura.

Brigas internas são inevitáveis porque os líderes do PT foram contidos. Gleisi Hoffmann permaneceu na Presidência do partido. Dilma Rousseff foi parar em Xangai, na China. A velha guarda não foi lembrada. Não há nas proximidades do presidente ninguém dos antigos governos, com exceção de Celso Amorim. O pessoal das antigas ficou pelo caminho. A discussão econômica opõe parte do partido ao ministro Haddad, que precisa lidar com outro foco de poder, Aloizio Mercadante, presidente do BNDES. Ele, além de alto dirigente do partido, é filho de general e irmão de coronel. Mas foi enviado para o exílio no Rio de Janeiro.

Os primeiros 100 dias são confusos porque o governo do presidente Lula passou por dificuldades teóricas e políticas ocasionadas pela prisão, traição de velhos amigos e o surgimento de novas amizades construídas na adversidade. Embora Lula seja o mesmo que já presidiu o país por duas vezes, antes não havia rancor, irritação e mágoa. Ao longo do tempo, vão surgir mediadores capazes de recolocar o bom senso no centro das preocupações presidenciais. Até o momento, prevalece a tentativa de governar sozinho porque ele, e só ele, foi o eleito. E contra feroz oposição.

Os 100 primeiros dias da economia na gestão Lula

» REGINALDO NOGUEIRA – *Ph.D. em economia e diretor sênior do Ibmec*
» MÁRCIO SALVATO – *Doutor em economia e diretor geral do Ibmec Belo Horizonte*

A tradição de avaliar os primeiros 100 dias de um novo governo vem de Franklin Roosevelt, que assumiu a Presidência dos Estados Unidos em 1933, em meio à grande depressão. Durante seus primeiros 100 dias, ele adotou medidas de impacto visando à recuperação da economia, do nível de emprego e do aliviamento da pobreza. A clara visão reformista e de uma agenda que seria sua marca estabeleceu o padrão esperado para o início de um mandato, quando há expectativas da população e bom humor do meio político.

Os 100 primeiros dias do governo Lula não foram assim. Eleito como presidente em uma eleição acirrada e enfrentando forte oposição da base política e social, o governo enfrentou até um inaceitável movimento de agressão em Brasília no começo de janeiro. Isso já tornou o início do governo atípico, nada assemelhado a uma lua de mel.

Mas, focando no ponto de vista da economia, o que se observou até agora foi uma série de erros de condução e, principalmente, de comunicação, o que tem alienado o mercado e parte da base política e social mais moderada.

Isso começou, na verdade, antes da posse, ainda no período de transição. O debate a respeito da PEC da Transição se tornou uma anti-PEC do Teto dos Gastos, cancelando a importante medida institucional introduzida pelo governo de Michel Temer. Em seu lugar foi prometido um novo marco de controle da trajetória da dívida pública e regras para o gasto público.

Após a posse, ao invés de antecipar a discussão, o governo manteve a proposta em banho-maria por um bom tempo, mandando apenas sinais daquilo que eventualmente seria apresentado. Isso reforçou a impressão de um embate dentro do próprio governo sobre o tema. Ao final, a proposta apresentada foi melhor do que se esperava no mercado, mostrando preocupação com a geração de superavits primários ao longo do tempo.

Embora bem mais flexível do que a política de Teto dos Gastos, a impressão inicial foi positiva, por ser um momento em que alguma racionalidade fiscal pareceu firmar posição. Olhando o período completo dos 100 dias, foi o melhor momento do ponto de vista de agenda econômica. Nesse caso, a bola agora está com o Congresso Nacional.

Mas é curioso notar que a primeira pauta econômica após a posse foi, na prática, o resgate da discussão da moeda única do Mercosul. A surpresa com relação ao tema foi tão grande quanto a reação contrária, uma vez que não há integração comercial e financeira que justifique o movimento. Na mesma esteira de surpresas, se anunciou o uso do BNDES para auxiliar o financiamento de operações de comércio com os vizinhos, desencadeando nova onda de críticas.

Ao longo desses 100 primeiros dias, outras questões econômicas vieram à pauta e sempre trouxeram um embate maior que o necessário dentro do próprio governo. Como, por exemplo, o novo salário mínimo aprovado no orçamento que já oferecia ganho real, mas o governo queria mais, pressionando o Ministério da Fazenda.

A reoneração dos impostos sobre combustíveis estava prevista no novo orçamento, mas, depois de idas e vindas, houve postergação do início e confusão na comunicação ao se misturar com a política de preços da Petrobras. A própria discussão sobre o fim da Lei das Estatais e a liberdade para as indicações políticas para postos de comando soou estranho e fora de contexto para um governo recém-iniciado.

Vale destacar, por fim, que o pior em todo esse período tem sido o embate do presidente Lula e seus ministros contra o presidente do Banco Central do Brasil e contra a própria autonomia legal da instituição. Esse tema em especial tem afetado o mercado de juros e tornado mais difícil a travessia do cenário inflacionário. Nos termos atuais, esse embate apenas posterga a queda da taxa de juros brasileira.

Em suma, quando se olha o cenário da agenda econômica nesses 100 dias, observa-se uma série de desgastes, confusões e embates desnecessários. Mas são apenas 100 dias e claramente há tempo para uma virada.

O governo Lula na educação

» ERNESTO MARTINS FARIA
Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)
» LECTICIA MAGGI
Gerente de comunicação no Iede

Chegamos, em 10 de abril, a 100 dias da terceira gestão de Lula como presidente do Brasil. Faremos aqui uma análise das ações nesse período na área de educação, dividindo-as em quatro fases: 1. A transição; 2. As primeiras sinalizações de prioridades; 3. O que foi encaminhado; 4. As perspectivas de médio prazo.

Na transição, há um grande mérito do governo federal: restabelecer a credibilidade no Ministério da Educação (MEC), bastante prejudicada na gestão anterior. Nos quatro anos do governo Bolsonaro, foram cinco ministros da Educação, sendo que o penúltimo, Milton Ribeiro, foi exonerado do cargo e chegou a ser preso em razão de denúncias de corrupção envolvendo a liberação de verbas da pasta.

Já a atual equipe do MEC, para além da liderança de Camilo Santana (ex-governador do Ceará), traz pessoas com bastante experiência na área, como Izolda Cela, que foi secretária de Educação de Sobral (CE) — município reconhecido nacionalmente pelos bons resultados educacionais — e do estado do Ceará; Maurício Holanda (doutor em Educação pela Federal do Ceará e com grande experiência em gestão); e Zara Figueiredo (doutora pela Universidade de São Paulo e professora da Federal de Ouro Preto). Tais nomes nos fazem acreditar que o MEC será guiado por evidências e valorizará as boas práticas do setor público.

Sobre a sinalização de prioridades, o MEC começou a gestão com o olhar para a alfabetização, apoio à alimentação escolar e a volta de investimentos no ensino superior — temas esquecidos pela gestão anterior ou encarados de forma frágil e pouco embasada, como as políticas de alfabetização. No entanto, temas de grande urgência não apareceram na lista inicial de prioridades: a qualidade das nossas avaliações de aprendizagem, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a baixa atratividade da carreira docente e o enfrentamento às enormes desigualdades educacionais existentes, como as relacionadas à cor ou raça dos estudantes.

Em relação a esse tópico, a nomeação de Figueiredo para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e a posterior nomeação de Maurício Ernica (professor da Unicamp) para a coordenação de Equidade Educacional apontam movimentos na direção de buscar mais equidade, mas ainda não sabemos qual será a dimensão dessa pauta no governo.

Em relação às ações de curto prazo, algumas prioridades iniciais já têm seus frutos: aumento em 54% na oferta de bolsas para a formação de professores, incluindo as do programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); reajuste no repasse federal para a merenda escolar; anúncio de uma pesquisa com professores da rede municipal para definir as diretrizes de uma política nacional de alfabetização. Além disso, houve a correção de algo grave da gestão anterior, com a revogação da lei que criava salas especiais para alunos com deficiência.

O MEC está refletindo sobre pautas urgentes e importantes como o novo ensino médio e as políticas de financiamento, sejam na educação básica, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), ou na educação superior, com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Ainda não são óbvios os encaminhamentos dessas políticas, mas certamente é um grande avanço estarmos debatendo temas relevantes para a educação, e não homeschooling, escola sem partido ou implementação de escolas militares em escala, agendas descabidas do governo anterior.

O médio prazo tem questões preocupantes: o futuro do novo ensino médio é incerto e há muitas pressões políticas envolvidas. Não será diferente em relação ao novo Fundeb e aos padrões nacionais para a alfabetização. Já o futuro do Fies dependerá de um bom casamento entre promoção da inclusão e compromisso fiscal (algo falho nas mudanças implementadas em 2010, na segunda gestão Lula).

Depois de anos tão duros para o setor educacional, há esperança e ânimo com profissionais qualificados em cargos-chave do MEC e um debate sério sobre educação acontecendo. No entanto, não podemos afrouxar a cobrança ou perder a criticidade: como já colocado neste espaço, se não melhorarmos o Saeb, combatermos as desigualdades, criando políticas específicas para os grupos mais vulneráveis, e discutirmos seriamente a formação de professores e a profissionalização da carreira docente, não estaremos na direção de uma educação de qualidade para todos. Há muitas urgências na educação que exigem ações céleres para garantir o salto de qualidade de que precisamos.